

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: COMPREENSÃO E ORIENTAÇÃO

Data de aceite: 02/10/2023

Amélia Cristina de Oliveira

Mestranda em Ciências da Educação –
World University Ecumenical

Ana Maria Alves da Hora

Mestranda em Ciências da Educação –
World University Ecumenical

Arlem Nelo Pessoa

Mestrando em Ciências da Educação –
World University Ecumenical

Brawowsky Bezerra da Silva

Mestrando em Ciências da Educação –
World University Ecumenical

RESUMO: A educação especial é objeto de estudo e de pesquisa há muitos anos. Muito se discutiu sobre a inclusão de alunos com deficiência na sociedade, sendo a educação um importante agente desse processo. As crianças que antes eram sacrificadas por nascer com alguma deficiência, passaram a receber educação em formato especializado, separado das instituições regulares de ensino. Após longas discussões, fora evidenciado a necessidade de incluí-las em escolas regulares, no entanto, esse processo ofereceu, a princípio, apenas a integração desses alunos, pois apesar

de estarem em salas regulares, recebiam atendimento e tratamento distintos. Com o início da educação inclusiva, o aluno deficiente passou a ser incluído como um ator protagonista do processo de ensino, sendo-lhe oferecido um ambiente que oportunize o desenvolvimento de suas habilidades em meio aos demais colegas de sala, sem distinção. O presente estudo apoiou-se em pesquisa bibliográfica com o intuito de investigar o processo evolutivo da educação inclusiva e de perceber como esse processo ocorre com a educação de pessoas que tenham deficiência intelectual. Percebeu-se que há avanços nítidos nesse processo, tais como a mudança do currículo em cursos de licenciatura, a inclusão de profissionais especializados nas redes de ensino e o processo de inclusão desses alunos sob o que encaminha as orientações da educação inclusiva, no entanto, essa realidade ainda é bastante tímida e necessita ser incentivada para que os alunos com deficiência consigam ser de fato incluídos.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência intelectual; Ensino público; Educação especial; Educação inclusiva.

INTELLECTUAL DISABILITY: UNDERSTANDING AND GUIDANCE

SUMMARY: Special education has been the subject of study and research for many years. Much has been discussed about the inclusion of students with disabilities in society, with education being an important agent in this process. Children who were previously sacrificed for being born with a disability began to receive education in a specialized format, separate from regular educational institutions. After long discussions, the need to include them in regular schools was highlighted; however, this process offered, at first, only the integration of these students, as despite being in regular classrooms, they received different care and treatment. With the beginning of inclusive education, disabled students began to be included as a protagonist in the teaching process, being offered an environment that allows them to develop their skills among other classmates, without distinction. The present study was based on bibliographical research with the aim of investigating the evolutionary process of inclusive education and understanding how this process occurs with the education of people who have intellectual disabilities. It was noticed that there are clear advances in this process, such as the change in the curriculum in undergraduate courses, the inclusion of specialized professionals in teaching networks and the process of inclusion of these students under the guidelines of inclusive education, however, This reality is still quite timid and needs to be encouraged so that students with disabilities can actually be included.

KEYWORDS: Intellectual disability; Public education; Special education; Inclusive education.

INTRODUÇÃO

Desde o início da humanidade que há a existência de pessoas com deficiência. O tratamento dado a essas pessoas variavam de acordo com os costumes de cada sociedade, porém, era comum o sacrifício de crianças que nasciam com algum tipo de deficiência em várias culturas da antiguidade, como afirma Blanco (2003). Ao longo da história, os estigmas foram sendo modificados, porém, a ideia que se tinha da deficiência sempre fazia com que a pessoa deficiente fosse vista como inferior. Souza (2006) relata que na Idade Média, as deficiências foram tratadas como obra do pecado, uma espécie de maldição demoníaca. Assim, muitas famílias abandonavam seus filhos, por acreditarem nessa crença ou por temerem retaliação da sociedade e/ou da igreja.

Por volta do século XVII as pessoas com deficiência mental eram colocadas em orfanatos e manicômios, dentre outras instituições especializadas, como afirma Amaral (2001). Nesse período a segregação era muito marcada, pois basicamente não havia convívio social fora desses ambientes para as pessoas com deficiência.

Essa exclusão social das pessoas com deficiência foi fortemente marcada na escola até o século XIX, período em que não havia nenhum tipo de educação formal em escolas tradicionais para esse público. Blanco (2003) chama esse período de “fase da exclusão”.

Com o surgimento de espaços destinados à educação especializada as pessoas com deficiência começaram a ter a oportunidade de receber educação formal. Nascimento (2014) afirma que somente a partir da década de 1970 que as pessoas com deficiência

começaram a ser inseridas na sociedade.

A partir da Declaração de Salamanca em 1994 e da reestruturação do ensino no Brasil com os PCNs em 1996, abriu-se espaço para a implementação do processo de educação inclusiva. Trata-se aqui de não apenas garantir a permanência do aluno com deficiência na escola, mas de oferecer-lhe oportunidades iguais de aprendizagem e de convívio social.

Pensando em como ocorreu o processo de educação inclusiva no Brasil e em como está incluído o aluno deficiente intelectual, este estudo tem por objetivo refletir sobre a deficiência intelectual na educação inclusiva e o papel do professor nesse processo. Para tanto, o estudo se utiliza pesquisa bibliográfica e baseou-se, nos estudos de AMARAL (2001), BLANCO (2016), MANTOAN (2001), NASCIMENTO (2014), TESSARO (2005), VIEIRA (2023), VIGOTSKI (1997), entre outros.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial tem seu início quando a educação ainda era para poucos. Para entender bem a educação e a educação inclusiva é necessário viajar na história da nossa sociedade.

Comentar sobre inclusão é sempre muito difícil e complexo, sendo preciso traçar o processo histórico das pessoas com deficiência, para assim chegar ao movimento da educação inclusiva.

Para Blanco (2003) às pessoas com deficiência deveriam ser entendidas por meio de quatro fases distintas:

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Na antiguidade era negado o convívio social as pessoas que apresentavam anormalidades de cunho genético.

Na pré-História as pessoas com deficiências intelectuais eram rejeitadas e abandonadas pelos seus familiares, segundo Souza (2006). Na Idade Média o indivíduo anormal, se é que podemos chamar assim, era entendido como um demônio.

A Igreja Católica determinava os padrões sociais e as pessoas que não atendiam poderiam ser mortos ou queimados vivos.

Com o avanço da medicina surge um novo conceito sobre a deficiência dos indivíduos

aproximando do conceito atual sobre o tema e com isso, o início de um novo tratamento.

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p. 32).

No final do século XVIII e início do século XIX surgem espaços especializados para o tratamento de pessoas com deficiências.

Na década de 1970 as pessoas com deficiências começam a ser inseridas na sociedade após serem educados em espaços especializados segundo Nascimento (2014). Mesmo sendo considerado um grande avanço para igualdade de direitos ocorreu poucos benefícios no desenvolvimento dessas pessoas.

A educação inclusiva começa a ser mais evidenciada na década de 1990 por conta principalmente do movimento mundial chamado de “inclusão social”.

A inclusão representa um processo marcado por segregação, discriminação e até morte. O Brasil acompanha outros países do mundo no que se refere ao início da educação especial. Apresenta falta de recursos, professores não capacitados, escolas sem estrutura, recursos pedagógicos inadequados, entre outros.

Baseado nessa síntese histórica nota-se que a inclusão ainda está longe de ser a ideal, porém precisamos cada vez mais nos esforçarmos para alcançar um objetivo promissor.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E O PAPEL DO PROFESSOR

A Instituição Escolar deve ser um espaço acolhedor de construção do conhecimento acadêmico, capaz de enfrentar os desafios de uma realidade social que ultrapassa a questão da história de discriminação e exclusão, diante de uma educação escolar de pessoas com deficiências, que exige de seus educadores posicionamentos crítico e responsável para saber lidar com as diversas situações e dificuldades decorrentes das deficiências do aluno.

Quando nos referimos a inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual, é de grande importância que haja uma boa interação do professor com o seu estudante, visto que, através dessa relação será possível entender a lógica de como está sendo organizado a construção dos seus pensamentos, deve-se criar formas de ensino que envolvam as emoções, e sempre acreditar na possibilidade de superação de seus limites.

Nesta perspectiva, Tessaro afirma que:

A limitações maiores na deficiência intelectual não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas às pessoas com deficiência intelectual. Para a autora, a vida de uma pessoa deficiente passa a girar em torno de sua limitação ou incapacidade, quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas

Sendo assim, Vigotski (1997) defende que a aprendizagem escolar possibilita o desenvolvimento das pessoas com deficiência, e o papel do professor é relevante, enquanto mediador no desenvolvimento cognitivo e construção do conhecimento. Por isso, se faz necessário o educador conhecer seu aluno no todo, considerando as características da deficiência, suas expectativas, sua família, seu convívio, para lhe dar condição de intervir de maneira positiva na aprendizagem dos referidos. Logo, o autor afirma que:

A importância de se reconhecer como está se desenvolve, e não a deficiência/ insuficiência em si mesma e, sim, a reação que se apresenta na personalidade desta no processo de desenvolvimento em resposta a sua dificuldade e da qual resulta sua deficiência. Esta criança não se forma somente pelos seus defeitos, seu organismo se reorganiza como um todo. A personalidade, como um todo, se equilibra, se compensa com os processos de desenvolvimento. (VYGOSTKY, 1998, p. 105)

Segundo Pletsch (2010, p. 187) a aprendizagem “não ocorre de maneira espontânea, mas sim a partir da interação e do desenvolvimento de práticas curriculares planejadas e sistematizadas de forma intencional”. Diante desta concepção, cabe aos educadores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Corroborando com o autor supracitado, Minetto (2008), defende que o professor deve registrar tudo que observar do aluno, além de cultivar uma organização pedagógica com antecedência; manter um planejamento considerando a especificidade do aluno, além de detalhar o que for necessário; registrar o que deu certo e errado, para que seja possível buscar novas possibilidades de aprendizagem.

Desta forma, a ação docente estará pautada numa concepção que valorizem e veem na diferença e diversidade um fator importante na aprendizagem, contemplando assim, a verdadeira inclusão dos alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2015, p.81):

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação.

É perceptível que o docente precisa na sua prática pedagógica, ter um conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de manter-se em permanente atualização, considerando o ritmo acelerado do conhecimento humano em geral. Ser um facilitador no processo de aprendizagem e contribuir na evolução de seus alunos através do planejamento contínuo e o respeito mútuo entre eles, para assim atender suas individualidades e deficiências.

Portanto, ainda segundo a autora o sujeito com deficiência intelectual pode apresentar déficit de metacognição, apresentando dificuldade no reconhecimento dos seus próprios recursos cognitivo. Nesse sentido, é fundamental que o professor acompanhe e reconheça o desenvolvimento de seus alunos, a partir dessas observações, oferecer ou criar condições para que possam agir com êxito, dentro das suas possibilidades.

Desta forma, as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2001, p. 24).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das referências bibliográficas estudadas foi constatado que o processo de inclusão/educação especial tem suas raízes na história da educação de pessoas com deficiências. No passado, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da educação formal, pois eram consideradas incapazes de aprender e não havia recursos ou estratégias disponíveis para ajudá-las. Essas pessoas eram negadas ao convívio social, e até mesmo abandonadas por seus familiares por não serem consideradas seres humanos capazes de viver em sociedade.

No entanto, diante de tantas desigualdades para com estes, o cenário começou a mudar, e, a partir do final do século XIX e início do século XX, houve um movimento para oferecer educação a pessoas com deficiência, e assim algumas melhorias nesse âmbito educacional começou a surgir.

Já na década de 1960 foi um marco para a educação especial, com o desenvolvimento de leis e políticas que garantiam a igualdade de oportunidades educacionais para pessoas com deficiência. Em 1965, a Lei de Educação para Pessoas com Deficiência foi aprovada nos Estados Unidos, que estabeleceu a obrigação das escolas públicas em oferecer educação gratuita e apropriada para todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais.

Desde então, muitos países adotaram políticas e legislações similares para garantir a educação inclusiva e equitativa para pessoas com deficiência. A educação especial evoluiu ao longo do tempo, incorporando novas estratégias e tecnologias para melhorar a qualidade da educação e promover a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis educacionais.

Dando ênfase a deficiência intelectual, é necessária uma atenção especial na educação, pois afeta a capacidade do indivíduo de aprender e se desenvolver cognitivamente.

O papel do professor na educação especial é fundamental, pois eles têm a responsabilidade de planejar e implementar estratégias de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos. O professor deve entender as habilidades e limitações

de cada aluno e adaptar seu ensino de acordo com as necessidades de cada um.

Além disso, o professor deve trabalhar em colaboração com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas e assistentes sociais, para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e apoiar o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência intelectual.

Para garantir a efetividade do ensino para alunos com deficiência intelectual, o professor deve utilizar uma abordagem de ensino diferenciada que utilize recursos e estratégias pedagógicas que sejam compatíveis com o nível cognitivo do aluno. É importante lembrar que cada aluno é único, e que a deficiência intelectual pode variar em grau e tipo. Portanto, o professor deve estar preparado para adaptar sua abordagem de ensino de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Outro ponto importante é que o professor deve ajudar os alunos a desenvolver habilidades sociais e emocionais, incentivando a interação social e a construção de relacionamentos saudáveis. Isso pode ser feito através de atividades que promovam a cooperação, comunicação e empatia.

Em resumo, o papel do professor na educação especial é crucial para ajudar os alunos com deficiência intelectual a alcançar seu potencial máximo. É importante que os professores sejam altamente treinados e estejam dispostos a adaptar sua abordagem de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a educação inclusiva é um campo de estudo que busca oferecer suporte educacional e recursos para atender às necessidades individuais de estudantes com deficiências e transtornos. A deficiência intelectual é uma característica que afeta a disposição de uma pessoa de aprender e se desenvolver intelectualmente.

É importante entender que a deficiência intelectual não define uma pessoa, e que cada indivíduo com essa condição é único e possui habilidades e desafios diferentes. É fundamental que a educação especial seja inclusiva e personalizada, atendendo às necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, é necessário que haja uma abordagem holística para o desenvolvimento dos estudantes, que inclua não apenas o ensino acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e comportamentais. A educação especial deve ser uma experiência enriquecedora para os estudantes, que lhes permita desenvolver todo o seu potencial e se tornar membros bem-sucedidos e integrados na sociedade.

É importante lembrar que a educação especial é um direito garantido por lei em muitos países, incluindo o Brasil, e que deve ser oferecida de forma acessível e de qualidade a todos os estudantes que necessitam dela. É papel da sociedade e das instituições educacionais trabalharem para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: <<http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>>. Acesso em 08 de mar de 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2001.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim. ARAÚJO, Michael Douglas Batista . SILVA, José Lindemberg Bernardo. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. IV Congresso Nacional de Educação. Paraíba, novembro de 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf. acesso em 11 de março de 2023.

SOUZA, J. P. de. **A Educação Física no contexto inclusivo**: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada. Campo Grande, 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco 2006.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VIEIRA, Scheilla de C. Abbud. **Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado**. 1º Seminário Luso- Brasileiro da Educação Inclusiva: o Ensino e a aprendizagem em discussão. Pará, maio de 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf>, acesso em 11 de março de 2023.

VIGOTSKI, L.S. **Obras completas. Fundamentos de defectologia** Tomo V. Madrid: Visor, 1997. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf>, acesso em 11 de março de 2023.